

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Pesquisa científica: parte essencial da formação docente ou negócio rentável no mundo capitalista			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Simone Silva	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Servidora/ Pesquisadora
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A pesquisa acadêmica, além de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, é parte intrínseca da formação do corpo docente em qualquer segmento do ensino. No entanto, em um sistema onde a vida é conduzida na busca da exploração de um grande quantitativo de vidas para obter uma hiperconcentração de renda, é tratada apenas como mais um negócio. Todo tipo de produção no mundo capitalista, seja ela material ou imaterial, é conduzida para a extração de lucro. Com a pesquisa não é diferente: seguindo o caminho da mercantilização da educação no Brasil, as políticas de governo, com a anuência das instituições de ensino e pesquisa, têm a transformado em um negócio bastante rentável. As instituições de ensino, antes detentoras majoritárias da produção científica no país, agora, além de participar da instalação de novos centros de pesquisa em empresas estatais e privadas, cujo intuito é apenas fortalecer a produção de lucro, têm facilitado os mecanismos de aproximação entre seu corpo de pesquisadores e as demandas das empresas. Ou seja, segue a passos largos o desmantelamento da pesquisa como mecanismo de apoio à formação de um corpo docente de alto nível que se empenhe em produzir conhecimento novo, voltado a reduzir as mazelas a que está submetida a maior parte da população, uma vez que esta aproximação ameaça a autonomia do pesquisador, o alienando de sua produção em nome de transformar a pesquisa em um negócio rentável.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Pesquisa; financiamento; desenvolvimento; alienação; heteronomia			
ABSTRACT			
<p>Academic research besides contributing to the development of society, is an intrinsic part of the teacher's training in any segment of education. However, in a system where life is conducted in pursuit of exploring a large quantity of lives for a high concentration of richness, it is treated as just another business. Every type of production in the capitalist world, whether material or immaterial, is conducted to extract profit. In research it is not different: following the path of commercialization of education in Brazil, government policies, with the consent of the institutions of education and research, have turned into a very profitable business. Educational institutions before holding majority of the scientific production in the country now, besides participating in the installation of new research centers on public and private companies, whose only purpose is to strengthen the production of income, facilitated mechanisms to bring together their body of researchers and the demands of companies. It continues to grow the dismantling of the research as a mechanism to support the formation of a high-level faculty to strive to produce new knowledge, aimed to reduce the blemishes that are subjected to most of the population, since this approach threatens the autonomy of the researchers, taking their production from them in the name of research transformation into a profitable business.</p>			
KEYWORDS			
Research; financing; development; alienation; heteronomy			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a formação humana			

PESQUISA CIENTÍFICA: PARTE ESSENCIAL DA FORMAÇÃO DOCENTE OU NEGÓCIO RENTÁVEL NO MUNDO CAPITALISTA

Simone Silva¹

Um breve histórico da pesquisa e sua relação com o desenvolvimento do país

O discurso de superação do arcaico em direção à modernização oculta a dialética da relação entre o moderno e o arcaico, não levando em consideração suas contradições, vislumbrando apenas a linha contínua e inexorável do ‘progresso’. A definição com que trabalhavam os intelectuais americanos da situação dos países como um *continuum* entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, formulação cuja síntese mais conhecida deve-se a W.W. Rostow em ‘As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista’, traz embutida a ideia de que o crescimento e o avanço econômico podem variar de intensidade de acordo com as políticas implementadas. Políticas condizentes com o mundo livre, entenda-se por livre o mundo capitalista, promovem o arranque econômico; distintamente, políticas críticas ao mundo livre resultariam em atraso e estagnação econômica. É como se a localização dos países na economia-mundo decorresse exclusivamente da adesão ou não às políticas desenvolvimentistas, desconsiderando a totalidade do processo político-econômico, como, por exemplo, a forma de articulação das frações burguesas locais com o imperialismo e a natureza de suas revoluções burguesas.

É neste contexto que as políticas de ciência e tecnologia, doravante denominada C&T, surgem. As políticas de organização da pesquisa e de financiamento eram necessárias para que os estágios fossem alcançados. Portanto, a produção científica não poderia deixar de estar submetida às conformações necessárias ao desenvolvimento do país. Por outro lado, as injeções possíveis de capital para o apoio ao avanço das etapas estavam condicionadas aos acordos políticos e econômicos determinados pelos países centrais. Estes acordos envolviam as políticas educacionais para todos os níveis, incluindo as políticas de C&T com o estímulo à produção científica.

1

□ Pedagoga, Mestre em Educação pela UFRJ. Pesquisadora no COLEMARX e no GP de Ética em Pesquisa IESC/UFRJ.

A universidade é reconhecidamente um dos campos mais importantes para o desenvolvimento do país. Por isso, se fez necessário aplicar políticas de contenção em possíveis processos de criatividade autônoma e deslocar o centro da produção científica para a implantação do ‘progresso’ no país. Em outras palavras, a universidade não precisa ter autonomia científica, sua principal tarefa é constituir projetos dedicados ao “*take off*”².

A criação dos conselhos para “incentivar e planejar” a pesquisa e os critérios para a distribuição do financiamento constituem mecanismos que influenciam o ambiente em que ocorre a pesquisa científica. Setores importantes da intelectualidade operaram os termos da ideologia do desenvolvimento³ e assumiram a defesa de uma universidade que atuasse em nome do ‘progresso’ e da ‘modernização’. A construção dos órgãos de financiamento contou com a participação efetiva destes intelectuais que, posteriormente, no período da chamada democratização, assumiram a coordenação de conselhos responsáveis por planejar as políticas de C&T e as regras para a distribuição do financiamento.

Não há dúvida que as alterações operadas no sistema educacional brasileiro são congruentes com as medidas necessárias para a consolidação do capitalismo monopolista no país, sem alterações no padrão capitalista dependente. Entre os organizadores desta nova forma de organizar a educação, destacam-se o Banco Mundial e o próprio governo estadunidense nos acordos bilaterais da Usaid no período da ditadura civil militar. A educação, nesse escopo, articula os interesses materiais, envolvidos na chamada formação do capital humano⁴, e ideológicos, condizentes com o binômio governabilidade-

2

□ Rostow descreve este estágio com um curto período de intensivo crescimento onde a industrialização se realiza e os trabalhadores e as instituições se concentram em torno desta nova indústria. Rostow (1960)

3

□ Termo cunhado por Miriam Limoeiro que define a política utilizada nos anos 1950 para contribuir com o *take off*

4

□ Como explica Theodore Schultz (1962), a “teoria do capital humano por ele elaborada surgiu nos de 1956-57 no Centro de Estudos Avançados das Ciências do Comportamento face à sua perplexidade ante os fatos de que os conceitos por ele utilizados para avaliar capital e trabalho estavam se revelando inadequados para explicar os acréscimos que vinham ocorrendo na produção. Em contrapartida, sinaliza Shultz, percebia que muitas pessoas nos Estados Unidos estavam investindo fortemente em si mesmas, que estes investimentos tinham significativa influência sobre o crescimento econômico, que o investimento básico em si mesmas era um ‘capital humano’ e que aquilo que constituía basicamente este capital era o investimento na educação. O outro elemento constitutivo do ‘capital humano’ é o investimento em saúde.

A noção de capital humano, que se afirma na literatura econômica na década de 1950, e, mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, no campo educacional, a tal ponto de se criar um campo disciplinar – economia (política) da educação -, explícita de forma exemplar as duas razões anteriormente expostas sobre a especificidade do conhecimento nas ciências sociais e humanas. Trata-se de uma noção que os intelectuais da burguesia mundial produziram para explicar o fenômeno da desigualdade entre as nações e entre indivíduos ou grupos sociais, sem desvendar os fundamentos reais que produzem esta desigualdade: a propriedade privada dos meios e instrumentos

segurança, entendendo segurança como a garantia das condições de reprodução ampliada do capital e contenção da possível ‘ameaça comunista’. Atualmente as mudanças operadas caminham para o sentido da privatização e da consolidação da ideia de que a educação não é mais que um negócio, e um negócio rentável vide o caso da atuação dos fundos de investimentos no ensino privado e o fortalecimento desse setor através de políticas de financiamento com dinheiro público como no caso do ProUni – Programa Universidade para Todos e do financiamento através do FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior.

A legitimação das políticas de fomento através da participação da comunidade acadêmica

Após a reforma universitária de 1968, convênios e articulações com organismos internacionais, em especial com o Banco Mundial, edificaram a estratégia de financiamento de C&T, intensificada a partir de planos e planejamentos que, durante a década de 1970, trataram de consolidar políticas para a produção científica vinculando seu financiamento a sua temática, sempre em consonância com as políticas de desenvolvimento estabelecidas para o período e que culminaram com a institucionalização, na década de 1980, dos editais de pesquisa.

Por óbvio este processo não se consolidou sem a participação da comunidade acadêmica. A elaboração e implementação dos planos dirigidos à C&T tiveram a efetiva presença de parte da comunidade universitária. Não há dúvida de que a ideologia do desenvolvimento adentrou os *campi* e conseguiu muitos adeptos, porém não há como não considerar as polêmicas apresentadas por grupos de cientistas brasileiros sobre a condição política imposta.

Para confirmar este quadro, é necessário identificar a conformação do campo científico de forma imbricada entre o campo acadêmico e social e não deixar de considerar as relações de poder estabelecidas através de autoridade acadêmica e política, que nem sempre refletem uma verdadeira autoridade no campo do saber (Bourdieu, 1983).

de produção pela burguesia ou classe capitalista e a compra, numa relação desigual, da única mercadoria que os trabalhadores possuem para proverem os meios de vida seus e de seus filhos – a venda de sua força de trabalho. (dicionário da educação profissional em saúde)

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma concorrência. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (p.122-123) (grifo do autor)

Porém, estas não operaram sozinhas. O processo de estabelecimento das políticas de C&T no Brasil com características de assimilação de cultura e políticas hegemônicas não se deu sem que houvesse resistências. Dada a correlação de forças, o quadro que se concretizou foi de avanço das políticas de adaptação ao modelo estadunidense, mas a crítica, apesar do recrudescimento no final da década anterior da coerção física, permaneceu resistindo nos espaços acadêmicos.

A problemática envolvendo a produção do conhecimento novo é indissociável da questão da autonomia universitária. Estabelecimentos destinados à formação superior e à produção científica que não sustentam financeiramente sua atividade acabam por ter de submeter o trabalho e sua produção a demandas externas, debilitando a possibilidade de sua constituição como um espaço destinado a promover todas as chances de criação humana autônoma.

Faz-se importante destacar que o conceito de autonomia referenciado neste estudo não é o mesmo divulgado pelos órgãos governamentais da educação que o utilizam como mecanismo para desresponsabilização administrativa e financeira, limitado a atitudes administrativas para com as instituições de ensino e jamais como possibilidade de permissão e incentivo à inovação criadora. Mas, o conceito de autonomia que objetiva a produção do conhecimento novo a partir da utilização de todas as possibilidades da capacidade humana, com o intuito da contribuição da superação dos problemas que comprometem a qualidade da vida dos povos. (FERNANDES, 1975)

Políticas de fomento e a heteronomia acadêmica

A redução do investimento financeiro no ensino superior, através de medidas relacionadas à redução progressiva do valor dos salários e à precarização do trabalho docente ou ainda à falta de investimento em estrutura física das universidades, são, por óbvio, elementos que comprometem a realização plena de sua atividade desde sempre. Fernandes (1975), referindo-se à universidade da década de 1960, considera que a escola superior nunca chegou a contar com recursos materiais e

humanos adequados, o que comprometeu a possibilidade de crescimento como um processo institucional propriamente dito e converteu a universidade em uma instituição carente de autopropulsão e incapaz de resguardar os seus dinamismos educacionais e culturais, o que facilitou a absorção de cultura hegemônica.

As condições de carência favoreceram o atrofiamento das duas funções específicas, exercidas de fato (transmissão dogmática de conhecimentos e preparação de profissionais liberais), e impediram a aquisição das duas funções específicas que não se atualizaram (produção de conhecimento original, principalmente através da expansão da pesquisa, e formação de um horizonte intelectual crítico, dirigido para a análise da sociedade brasileira, da situação da civilização ocidental moderna e das grandes opções históricas com que se defronta a humanidade em nossa época) (ibidem, pag.54).

Observa-se que o problema apontado por Fernandes permanece e as políticas de financiamento abordadas neste estudo são um forte elemento de contribuição para que este processo se aprofunde. A não dotação orçamentária por parte do Estado para que estas universidades e seus cursos de pós-graduação possam produzir conhecimento sem a necessidade de se submeter a agências e editais enfraquece a instituição e sua produção e a torna um terreno frágil e fértil para a assimilação de políticas hegemônicas, em nome de assumir as ‘políticas modernizadoras’ ou ‘inovadoras’, como são denominadas na atualidade. À universidade solicita-se produção científica e atuação política que direcionem a possibilidade criativa de nossos pesquisadores às políticas que estejam direta e exclusivamente relacionadas à ‘modernização’. Vale confirmar que também não permite o desenvolvimento da ciência em todo o seu potencial o financiamento estatal que não garante a autonomia de fato.

Investigando o nexo entre o processo constituído pelo Estado para a produção científica no país e a situação política no mesmo período, observa-se que não se pode lidar com as informações obtidas nos documentos pesquisados sem a contextualização necessária aos elementos, sujeitos e situações políticas do mesmo período. Não nos parece ser menor o fato de ter havido um razoável crescimento de programas de pós-graduação no país entre os anos da ditadura civil-militar, assim como a participação efetiva da equipe de técnicos da *Usaid* na elaboração de políticas educacionais, e, muito menos, a dedicação do Banco Mundial em avaliar e propor políticas para o ensino superior e de C&T no Brasil.

A intensificação da participação destes organismos controlados pelos EUA na produção de políticas educacionais, ao mesmo tempo em que este país apoia o golpe e o governo militar, não nos

parece um dado menor. Não seria leviano afirmar que a participação do Banco Mundial durante a década de 1960 pavimentou o caminho por onde as políticas de financiamento da pesquisa passaram durante a década de 1970, com a elaboração de três planos de desenvolvimento de C&T e mais três dedicados à pós-graduação, na década de 1980 com a constituição do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, doravante denominado PADCT que institucionalizou os editais de pesquisa e, nos marcos regulatórios do fim do século passado e do início do atual.

A crise econômica e o desgaste do governo da ditadura militar vão exigindo mais sistematização para as políticas de financiamento. Em 1982, é criado o Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, que se tornou o caminho para aquisição de empréstimos destinados à pesquisa científica por parte do Banco Mundial. Diferente dos Planos Brasileiros de Desenvolvimento Científica e Tecnológico, doravante denominado PBDCT's, este era um plano concebido como um instrumento transitório de ação complementar às agências de financiamento e tinha áreas e metas pré-definidas a alcançar. O Plano tinha uma primeira etapa com duração de cinco anos, momento em que se faria uma avaliação de sua aplicação. Os resultados desta avaliação poderiam implicar em ajustes de programação e redefinição da aplicação do restante dos recursos previstos.

As agências participantes do PADCT receberam na primeira etapa (fase teste) cerca de 2.500 propostas de diversas entidades brasileiras de ensino e pesquisa para serem analisadas quanto ao mérito técnico-científico e ao enquadramento das especificações fixadas em editais de convocação de proposta. Desta forma, o PADCT pretende contemplar preferencialmente aquelas propostas que se direcionem para carências previamente identificadas e que se coadunem com as estratégias adotadas para saná-las.⁵

Apenas 360 projetos foram contratados e por uma duração estimada de dois anos, contemplando uma fase teste que intencionava avaliar os mecanismos utilizados para a contratação de projeto através de editais.

Um importante fator que comprova a relação entre os acordos, empréstimos e políticas aplicadas para a C&T é que tanto a aprovação final desse empréstimo quanto a renovação do contrato do PADCT só aconteceram após o fechamento do último acordo sobre a dívida externa brasileira. Outro fator importantes foi a avaliação positiva da implementação do PADCT que certamente contribuiu para complicar o processo de recuperação do Fundo Nacional de Desenvolvimento

5

□ Seplan - CNPq 1980 -1985 – Uma Experiência de Gestão em Ciência e Tecnologia

Científico e Tecnológico - FNDCT, bem como dos programas de fomento do Conselho Nacional Científico e Tecnológico - CNPq e dos demais institutos consolidando definitivamente a interferência direta das agências internacionais nas políticas de educação e de C&T. Esta situação nos leva a retomar Fernandes para considerar que o processo de desenvolvimento aplicado no Brasil não tem e nunca teve compromisso verdadeiro em constituir um nível de independência de sua produção científica.

As nações capitalistas desenvolvidas e, principalmente, as nações hegemônicas do mundo moderno podem financiar os progressos globais da ciência e da tecnologia avançada. De um modo ou de outro, elas acabam descobrindo e aproveitando certos expedientes que permitem comercializar – econômica, política e culturalmente – as descobertas e os avanços realizados. As nações subdesenvolvidas precisam pôr em primeiro plano seus objetivos nacionais e, portanto, para elas o processo interessa na medida em que, através da modernização ou da racionalização do ensino e da expansão da pesquisa científica e tecnológica, elas conseguem melhores condições de participação do fluxo do padrão de civilização de que participam. Isto significa que, para elas, o que entra em jogo, na fase da negação e de superação do subdesenvolvimento, é o grau de autonomia cultural relativa que alcança (ou podem alcançar) por meio da educação escolarizada, da ciência e da tecnologia avançada. Por isso, a universidade integrada e multifuncional propõe-se o objetivo de modernizar e intensificar o ensino, bem como se impõe a missão de produzir conhecimentos científicos e tecnológicos de forma independente. Ela não procura, e seria um suicídio se o procurasse (pelo menos nesta fase), converte-se em mecenas do crescimento e do aperfeiçoamento da ciência e da tecnologia científica. (FERNANDES, 1975, p.88-89)

A partir da avaliação do plano e sob as bases teóricas do capitalismo dependente e da heteronomia cultural apresentadas por Fernandes, sustentamos a hipótese que o PADCT era até aquele momento a expressão mais concreta da relação de parceria subordinada nas políticas de C&T entre as instituições de ciência, o governo brasileiro e o Banco Mundial. Vale ressaltar que do total alocado pelo Banco Mundial, que foi de 72 milhões de dólares, 60 milhões de dólares foram operacionalizados em aquisição de equipamentos, peças de reposição, insumos, bibliografia e treinamento de pessoal no exterior, não sendo transferidos para o Brasil. Somente os 12 milhões foram juntados aos recursos da contrapartida nacional, que foram da monta de 163 milhões de dólares, oriundos do CNPq, Finep, Capes, STI do MIC e entidades executoras.

O PADCT passou a realizar um exercício de fomento dirigido, complementar às atividades de fomento espontâneo que, através da publicação de editais, informava as áreas a serem atendidas, o volume de recursos envolvidos e os tipos de projetos a serem apoiados. Dessa forma, um componente fundamental para seu sucesso seria a adequada divulgação, a fim de garantir a participação de todas as entidades interessadas e, desse modo, determinar um alto nível de qualidade das propostas recebidas (STAL; CERANTOLA, 1989).

Com efeito, a situação iniciada em 1971 se consolidou definitivamente na vigência do PADCT. A produção científica no Brasil a partir da década de 1970 se dá de forma sistematizada e pré-determinada desde o primeiro plano básico elaborado para as políticas de C&T. O financiamento passa a ter direcionamento pré-definido, assim como as temáticas e seus objetivos. Todos os elementos que envolvem a pesquisa estão subordinados às políticas denominadas nacional-desenvolvimentistas, mas, como lembra Fernandes (2005), já inscritas no bojo do capitalismo monopolista. Este processo já caracteriza o que no início da década de 1980, no PADCT, vai ser denominado como chamada via editais de pesquisa. A estrutura organizacional do plano definia passo a passo as atividades do programa e os agentes responsáveis por sua implementação. Cabia às agências financiadoras a divulgação dos editais, aprovação das propostas, contratação, liberação de recursos e acompanhamento físico e financeiro dos projetos contratados.

As políticas de financiamento são o mais forte elemento de controle da produção científica no Brasil. Sempre que se implantam políticas de organização da pós-graduação elas são seguidas de políticas de fomento, ou vice versa. Foi assim com o parecer nº977/65 e as políticas de organização do financiamento como, por exemplo, a criação da Financiadora de Projetos - FINEP. Da mesma forma no início da década de 1970 com a reformulação do CNPq e os PBDCT's, com o PADCT e a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia e ainda, as políticas de avaliação e os fundos setoriais até a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação na Indústria - EMBRAPIL.

Na verdade as políticas de avaliação foram criadas na segunda metade da década de 1970, no entanto, naquele período as demandas da pós-graduação ainda eram tratadas como desafios e o intuito de avaliar era apoiar para o crescimento.

A Capes gerava solidariedade entre os programas, visto que as visitas de consultores (um dos componentes da avaliação) permitiam o acompanhamento da dinâmica própria de cada programa, de forma muito estreita, acabando por criar laços vitais. Além disso, os programas em consolidação não recebiam nota na avaliação, eram chamados programas em desenvolvimento, o que não lhes impedia de receber verbas, bolsas e consultoria, para melhorar seu desempenho. Muitas dessas situações perduraram até meados da década de 1990, quando as mudanças realizadas na avaliação provocaram um alvoroço em muitas áreas, entre estas, de forma contundente, na Educação. Pesquisa e formação, que eram indissociáveis, fragmentaram-se, ou seja, o que era formação com pesquisa mudou para formação para a pesquisa. (SILVA, 2009)

A partir de 1990 a Capes (em sua fundação denominada Campanha de Apoio ao Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, atualmente Coordenação de Apoio ao Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior) se consolida como, antes de qualquer coisa como órgão avaliador do programa e são os resultados destas avaliações que vão determinar as cifras a serem repassadas assim como o número de bolsas a ser oferecido. Além disso, a ‘nota’⁶ tem o papel de fortalecer os programas de pós-graduação consolidados em detrimento dos mais novos e em consolidação. Vale lembrar que quando falamos de comitês avaliadores, em qualquer momento da história, com uma presença mais ou menos decisiva, a comunidade universitária sempre esteve presente através de membros de seu corpo docente que não só participavam da elaboração das políticas como eram articuladores de sua implantação.

Os conselhos conformam comitês avaliadores formados por membros do campo científico que detêm o poder de analisar e propor uma hierarquia entre os campos do saber, entre os cientistas e entre temáticas a serem pesquisadas. A metodologia criada para avaliar o mérito dos programas de pós-graduação vai de encontro a preocupação de Merton na composição do *Effect Matheus*, onde aponta o estabelecimento de grupos de pesquisas de primeira classe que terão sempre uma boa avaliação, salvo problemas muito graves, e, portanto, sendo beneficiados com as mais altas quantias de financiamento. Segundo Domingos Neto (2006)

Os comitês assessores, compostos por cientistas reconhecidos e supostamente imunes a pressões de interesses regionais e/ou corporativos, ganharam autoridade para fazer a avaliação do mérito das demandas apresentadas ao CNPq. Foram também incumbidos de identificar as tendências da comunidade de pesquisadores, cada vez mais agitada pelo cerceamento da liberdade acadêmica e ampliada em decorrência do surgimento de números programas de pós-graduação.

O alto grau de instabilidade do país provocada pelo endividamento, pela política permissiva de empréstimos nos anos anteriores, e o visível descontentamento com a ditadura civil-militar por parte da sociedade brasileira contribuíam para uma desestabilização também nas políticas de C&T. Neste momento, o processo de avaliação passa a ter uma importância maior, já que não havia dinheiro para

6

□ A nota definida pela Capes varia de 3 a 7. Só a partir da nota 4 o programa de pós-graduação poderá oferecer cursos de doutorado. Além de determinar o valor financeiro a ser destinado pela Capes como apoio ao programa, define também o número de bolsas não só na CAPES, mas em todas as agências de pesquisas. A nota é a marca que o programa carrega.

todas as pesquisas. No entanto, é em 1990 que avaliação como elemento de fiança para a política de fomento se consolida.

A criação do MCT e a consolidação de um modelo de universidade não exclusiva do Estado

Em 1985, a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, através do Decreto nº 91.146 de 15 de março de 1985, constitui um novo marco para a história da C&T no Brasil. A proposta de criar um novo órgão dedicado à C&T se baseava nos discursos já repetidamente utilizados de que se o país não assumisse a tarefa de fortalecer a educação e pesquisa não seria senhor de si mesmo. A justificativa do ministério era balizada pelo objetivo de superar um conjunto disperso e desarticulado de ações e organizações, públicas e privadas, com pouca supervisão e controle; a urgência na implantação de mecanismos e instrumentos voltados para os interesses econômicos, sociais e políticos da sociedade; a necessidade de posicionamento do governo diante da abrangência e da magnitude dos impactos dos avanços científicos e tecnológicos; e o potencial do progresso da ciência e da tecnologia para a qualidade de vida da população brasileira, fundamentado especialmente nos setores industrial, agrícola e de serviços.

Para o pleno exercício de suas atividades, foram absorvidos e vinculados ao MCT o Conselho Nacional de Informática e Automação – Conin, a Secretaria Especial de Informática – SEI, a Fundação Centro Tecnológico para Informática – CTI, os Distritos de Exportação de Informática, o Fundo Especial de Informática e Automação, a Comissão de Cartografia – Cocas, a Financiadora de Projetos – Finep e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. O quadro de pessoal destes órgãos também foi transferido ao Ministério, assim como funções da Secretaria de Planejamento da Presidência no que se refere especificamente à coordenação, planejamento e execução das finalidades e competências estabelecidas no âmbito do decreto.

A reforma do Estado e a pesquisa científica

A década de 1990 é sem dúvida a consolidação de um novo tempo. As políticas neoliberais entram com força no país e tem em Bresser Pereira, seu principal articulador. A nova dimensão dada ao Estado reduz o peso do público estatal buscando através de um novo conceito instituir algo novo, não público que participam do orçamento público.

A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. [...] Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los, voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do Parlamento para participar do orçamento público. (PEREIRA, 1996, p. 286, grifo meu).

Esta nova dimensão interfere diretamente nos conselhos de pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal acentua sua função de avaliação e regulação modificando a forma estrutural da produção do conhecimento tanto dentro dos programas de pós-graduação quanto do ponto de vista da produção da pesquisa no país. Reis (2010) aponta uma importante reflexão sobre as implicações da reforma do estado na carreira docente e na produção acadêmica.

É importante destacar aqui dois pontos: o primeiro consiste no formalismo abstrato da carreira do professor universitário contratado para o exercício da docência, pesquisa e extensão, mas que, em face da realidade atual das políticas públicas derivadas da reforma do Estado e da educação superior, vê-se compelido à complementação salarial e à ideologia do produtivismo acadêmico, produzida pela burocracia estatal e, hoje, um dos pilares centrais da cultura da instituição universitária. O segundo ponto consiste em produzir a materialidade institucional para o que se chama produtivismo acadêmico em suas múltiplas formas de concretização: da produção de muitos artigos, seções de livros e livros, mas de forma mais acentuada na relação direta com o mercado. Esta ideologia do produtivismo acadêmico origina-se do Estado, com mediação da Capes e do CNPq, acrescidos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros. O produtivismo acadêmico assume sua forma mais acabada, objetivada e cultural no Currículo Lattes (CV-Lattes). O Currículo Lattes consiste no portfólio de muitos doutores, formados depois de implantado o novo Modelo Capes de Avaliação, em 1996-1997, a correrem atrás de pós-doutoramentos, de publicações, de bolsas de produtividade, de participação em congressos bem classificados academicamente, isto no objetivo de fazer caminhar a “nova universidade”, sem saberem bem para onde ela caminha. (2010, p.69)

Sem coerção, mas com uma significativa cooptação de setores importantes da comunidade acadêmica o novo modelo se impõe dentro dos programas de pós-graduação sem prescindir de uma reflexão sobre a relação do trabalho e da produção, entre a produção e a instituição e entre o pesquisador e a pesquisa, tornando uma completa abstração a obrigatoriedade de se manter uma universidade sobre o tripé do ensino, pesquisa e extensão.

O modelo instituído de avaliação e agência reguladora transforma a possibilidade de estudo e produção de conhecimento novo em uma relação pragmática, e por que não *fordista* de produção de

artigos acadêmicos que ‘contam pontos’, o importante é atender as exigências da regulação para que o programa seja bem avaliado. Mas, o que mesmo está sendo produzido? Em que esfera esta produção atinge a formação de um corpo docente de alto nível para a instituição de ensino? A relação capital se impõe à pesquisa e embora tenha ela natureza imaterial, as políticas de fomento e o controle de tempos e de temas são impostos pela dinâmica do produtivismo.

A nova dimensão que este novo Estado dá a produção científica vem acompanhada de uma legislação específica com o intuito de consolidá-la. Para além dos consolidados Editais de Pesquisa, marcos regulatórios importantes foram constituídos para permitir um novo caminho por onde passaria a pesquisa, como a relação entre as IFES e as fundações (1994); os Fundos Setoriais (1999), Lei que regula a parceria público e privada no âmbito da administração pública (2004), a Lei de Inovação Tecnológica (2004), a Lei do Bem (2005) que foi aprimorada em 2007 e a mais recente a criação da organização social EMBRAPPII (2013). Este conjunto de marcos regulatórios apontam uma nova configuração para a produção científica. As políticas anteriores de fomento de C&T consolidaram um modelo heterônomo por onde passou, com reconhecida resistência de parte importante da comunidade acadêmica, estabeleceu um novo tipo de universidade que se inclui em um setor de serviços não exclusivos do Estado.

Mais uma vez é creditada na produção científica a responsabilidade pelo crescimento econômico do país. Porém, diferente das primeiras medidas tomadas para a produção científica, neste momento estas consolidam uma transfiguração da universidade e do sentido da produção científica uma vez que os conselhos de pesquisa atuam não como apoiadores de um processo de produção autônoma, muito pelo contrario, são os reguladores e implementadores através de seus convênios e editais na direção da produtividade do capital, de um sistema de avaliação realizado sob a égide de um produtivismo acadêmico e, a entrada decisiva, do mercado na estrutura de forma consolidada a partir dos marcos regulatórios.

Capitalismo dependente e a política de C&T

A análise documental que envolveu este estudo confirmou nossa hipótese de que as relações parceiras entre frações burguesas locais e dos países centrais, constituindo o que Fernandes (2009) definiu como capitalismo dependente, foram e são um elemento determinante na constituição das

políticas de C&T no Brasil. Desde a constituição dos conselhos, marco inicial do estabelecimento de uma nova relação Estado-ciência no Brasil, passando pela ditadura civil-militar, período da regulamentação e planificação da distribuição de recursos, com a crise financeira mundial de 1980 e a definição do financiamento através de Editais de Pesquisas, o processo de institucionalização das agências de fomento que ampliou o controle do Estado (e grupos particularistas) sobre a já débil autonomia universitária vive atualmente um novo momento em que uma nova regulamentação abre as portas para que participação do mercado privado seja cada vez mais consolidada.

Existem sólidas evidências de que toda a trajetória das políticas de C&T contribuiu para a consolidação de uma produção científica incapaz de romper, sistemicamente, com a dependência e a heteronomia. Ou seja, aqueles que durante as quatro últimas décadas propagandearam que as políticas desenvolvidas no Brasil para C&T levariam o país ao desenvolvimento, na verdade fortaleceram a heteronomia da produção científica da pós-graduação. Facilitaram também, os avanços nas políticas atuais de abertura completa para o mercado.

Mesmo durante nos anos 1970, o auge dos maiores investimentos financeiros em C&T, as políticas não foram de fortalecimento de uma produção científica independente, determinada a encontrar saídas para os grandes problemas da maioria da população brasileira; ao contrário, as políticas objetivaram potencializar as relações econômicas com os países centrais. A estagnação financeira e a instabilidade política configuraram um período de escassez dos investimentos direcionados à C&T, o que agravou a situação das universidades e institutos, levando parte considerável da comunidade científica a se insurgir contra as políticas da Nova República que rapidamente provocaram frustração em muitos setores que apoiaram a via de transição pelo alto. Esta frustração se transformou no fortalecimento de uma luta de resistência contra a mercantilização do ensino superior e a precarização do trabalho docente nas universidades, e na defesa da pós-graduação como espaço de desenvolvimento do conhecimento novo.

Considerações Finais

Este artigo buscou estabelecer a relação entre o processo de desenvolvimento de C&T com as políticas ‘modernizadoras’, desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas encaminhadas pelos países centrais e suas agências, em parceria com as frações burguesas locais. Objetivando tornar pensável o

processo de constituição das políticas desenvolvimentistas como elemento determinante para a consolidação da heteronomia na educação superior e na pesquisa realizada no Brasil, o estudo examinou os conselhos de pesquisa, os planos básicos, a reorganização do aparato de C&T na SEPLAN e a política de editais engendrada no PADCT e os marcos regulatórios criados a partir de 1990 reconfigurando as políticas de fomento e a organização da pesquisa. Nossa pesquisa segue em curso.

O conhecimento das políticas do período da modernização conservadora da ditadura civil-militar é relevante em um contexto de inusitada reedição do discurso do desenvolvimentismo, agora denominado como neodesenvolvimentismo. Segundo Schwartzman (2001), as políticas da ditadura foram interpretadas como positivas, pois,

o estudo de 1993-94 dizia que, vinte e cinco anos depois, o sistema brasileiro de ciência e tecnologia ainda estava configurado nos termos do “modelo Geisel”, estabelecido em meados dos anos 70 e já em decadência no início dos anos 80. Apesar de sua brevíssima duração, foi um período que deixou saudades entre muitos cientistas e pesquisadores, pela abundância relativa de recursos, pela facilidade com que projetos eram aprovados, pelas inovações institucionais que ocorreram (como, por exemplo, a criação da Coordenadoria de Programas de Pós-graduação em Engenharia – COPPE/UFRJ, e da Universidade de Campinas – UNICAMP) e pela crença que parecia existir no papel da ciência e da tecnologia como instrumento de desenvolvimento e modernização do País (SCHWARTZMAN, 2001: 6).

Em um breve exame da configuração dos editais dos últimos anos, elaborados a partir da criação dos fundos setoriais no governo de Cardoso e, mais recentemente, da Lei de Inovação Tecnológica no governo de Lula, indagamos se os desdobramentos da heteronomia empreendida pela “reforma consentida da universidade” (Fernandes, 1975) não contribuíram para a naturalização do modelo heteronômico dos atuais editais, o que também fortaleceu o processo de alienação da produção acadêmica, em particular na relação entre o pesquisador e sua pesquisa.

De fato, decorre da lei de inovação tecnológica a elaboração de editais diretamente pelo setor empresarial. A defesa da presença empresarial tem como fundamento a ideologia do neodesenvolvimento, ironicamente em um contexto em que os laços que conformam o capitalismo dependente se aprofundaram, reduzindo, ainda mais, os espaços contraditórios da universidade. O maior risco desses editais é justo o aprofundamento da reconfiguração da universidade como organização de serviços, seja através da formação de uma mão de obra técnica especializada para

atender às rebaixadas demandas de força de trabalho, seja pela prestação de serviços técnico-científicos denominados atualmente como inovação.

A heteronomia consolidada nos espaços acadêmicos brasileiros promovem a ampliação da alienação do pesquisador em relação a sua própria produção acadêmica. As políticas de avaliação da produção científica com base na avaliação fordista e o significado de desenvolvimento a partir da utilização da pesquisa científica na produção consolidam o processo de alienação.

A relação frágil entre a pesquisa e a formação docente é um importante elemento que contribui com a afirmação de Fernandes. O desenvolvimento do país de 1950 a 1980 era o que determinava as políticas de C&T e, principalmente a partir do seu financiamento era estabelecido o controle do que era necessário e o que era supérfluo. Os anos se passaram e a relação entre a pesquisa e a universidade e a formação docente segue sendo deteriorada e caminha a passos largos a uma situação em que a pesquisa deixará de ser parte da formação docente para simplesmente assumir seu papel negócio rentável em um país de capitalismo dependente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O campo científico*. In: Ortiz, Renato (Org.) Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. P.122-155.

BRESSER PEREIRA, L.C. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil – para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34, 1996.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

DOMINGOS NETO, Manuel. *Acerca da modernização do exército*. Comunicação e Política, v. 22, n.3, set./dez. 2004.

FLORESTAN, F. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1975.

SILVA JUNIOR, J.R *Mundialização do Capital, Reforma do Estado, Pós-graduação e Pesquisa no Brasil*. Revista Histedbr On-line. Campinas, n.37, p.59-71, mar. 2010.

ROSTOW, W.W. *The stages of economic growth. A non-communist manifesto*. 3.Ed. Londres. Cambridge University Press, 1960.

SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para a ciência. A formação da Comunidade Científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SILVA, M.G.M. *Avaliação de Programas de Pós-Graduação: Diretrizes Após os Anos 1990*. Trabalho apresentado no III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação na Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

STAL, E.; CERANTOLA, W. A. *PADCT: uma avaliação preliminar do subprograma de instrumentação*. Revista de Administração, São Paulo 24(2): 83-89, abril/junho 1989.